

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Bacharelado em Ciências Contábeis

Daniel Duarte Xavier

O BOLSA FAMÍLIA ALTEROU A MATRÍCULA DE ALUNOS?

Brasília, DF
2014

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Junior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora. Mestre Rosane Mario Pio da Silva
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Daniel Duarte Xavier

O BOLSA FAMÍLIA ALTEROU A MATRÍCULA DE ALUNOS?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Professor Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert

Linha de Pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Área:
Finanças/Orçamento Público.

Brasília, DF
2014

XAVIER, Daniel Duarte.

O Bolsa Família Alterou A Matrícula De Alunos? / Daniel Duarte
Xavier. – Brasília, 2014
37p.: il.

Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade
de Brasília, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Brasília,
2º semestre letivo de 2014.

Orientador(a): Profª Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert

1. Programa Bolsa Família (PBF). 2. Programas Assistenciais. 3.
Matrículas Escolares. I. Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de Brasília (CCA/FACE/UnB). II. Título.

CDD –

Daniel Duarte Xavier

O BOLSA FAMÍLIA ALTEROU A MATRÍCULA DE ALUNOS?

Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentado ao departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília

Luiz Medeiros de Araújo Neto
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília

Brasília, Novembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter conseguido chegar até aqui e fazer com que eu continue trilhando um caminho em busca do sucesso profissional.

Ao professor Marcelo Driemeyer Wilbert, pela orientação séria e aberta; pelos diálogos e pelo apoio e paciência no decorrer da orientação.

A Luiz Medeiros de Araújo Neto, pela gentileza em aceitar participar de minha banca.

Aos meus amigos: Anna Paula, Marília Moraes e Lucas Andrade, pelo apoio e presença no decorrer do trabalho.

A André Honório, por ter me incentivado a fazer o vestibular, o início de toda essa caminhada.

A todas as pessoas próximas, família e amigos: Jandira (Mãe), Cida, Adriano Silva, Daniele Amorim e Verônica Honório, por sempre acreditarem em mim e não deixar eu desistir nunca.

Agradeço a todos os professores, do Departamento de Contabilidade da UnB, por todo ensinamento passado ao longo do curso.

“Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. E é por esse motivo que dizer adeus se torna complicado! Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente...”

- João Guimarães Rosa.

RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) criado pelo Governo Federal em 2004, consiste na junção de outros programas assistenciais existentes, o seu objetivo é beneficiar famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país, famílias que possuem renda *per capita* inferior a R\$ 77 mensais, valor este correspondente a 2013. Uma das condicionalidades impostas às famílias reforça o acesso a direitos sociais básicos nas áreas da educação. O objetivo do presente estudo é analisar se o PBF foi capaz de aumentar o número de matrículas no ensino do 1º e 2º grau, no período de 2004 a 2013. A pesquisa foi realizada a partir de revisão normativa e documental a respeito da criação e funcionamento do PBF e da coleta de dados do repasse ao PBF de 2004 a 2013 e matrículas de 1ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio nos anos de 2001 a 2013. A justificativa para a pesquisa está na elevada materialidade e relevância desse programa, que no período em questão repassou às famílias beneficiárias por volta de R\$ 157 bilhões (valores de 2013). Os resultados mostram que no ano de sua criação, 2004, foram transferidos R\$ 8,9 bilhões para as famílias beneficiadas. Em 2013 a transferência do PBF chegou a R\$ 24,9 bilhões, o que representou um aumento real de 280% em 10 anos. Já em relação as matrículas escolares, os resultados foram o oposto do esperado. Antes da implementação do PBF, em 2001 as matrículas totalizavam 83,1% da população em idade escolar, chegando a 87,8% em 2003. Porém, a partir de 2004, quando teve início o PBF, as matrículas apresentaram diminuição, passando de 82,8% neste ano, para 74,9% das pessoas em idade escolar em 2013, indicando uma queda de 7,9%.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família (PBF). Programas Assistenciais Educação. Matrículas Escolares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Composição dos tipos de benefícios pago para as famílias	14
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PBF - Brasil durante 10 anos (2004-2013)	23
Gráfico 2 - Total repassado pelo PBF por Unidade da Federação no período 2004-2013 [R\$ bilhões de 20103]	23
Gráfico 3 - Taxa de matrícula por UF (2004 – 2013).....	26
Gráfico 4 - Taxa de matrícula no Brasil por ano (2001 – 2013)	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de abandono do Ensino fundamental e do Ensino médio de 2007 até 2011 ..	22
Tabela 2 - Taxa de matrícula no Brasil por ano (2001 – 2013).....	25
Tabela 3 - Total repassado para o PBF (2004 – 2013) por Unidade da Federação	34
Tabela 4 - Total gasto com o PBF por Unidade Federativa no período de 2004 – 2013 a valores de 2013	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Formulação do problema	10
1.2 Objetivo.....	10
1.3 Delimitações e parâmetros	11
1.4 Organização do trabalho.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Aspectos conceituais e legais	12
2.2 A educação no Brasil e a importância do PBF na educação	15
2.3 Estudos sobre o Bolsa Família	16
3 METODOLOGIA.....	21
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1 Análise de estatística descritiva	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
5.1 Conclusões	27
5.2 Sugestões	28
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICES	34

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o nível educacional da população de um país vem do investimento em educação por décadas. Mesmo o Brasil, que costuma dar pouca atenção à educação, tem investimentos elevados em capital educacional, pois os investimentos brutos em educação no Brasil representam algo em torno de 10% da renda nacional (BARROS E MENDONÇA, 1997).

Glewwe e Kassouf (2008) dizem que estudos comprovam que programas de transferência condicionada de renda fazem aumentar o número de matrículas de crianças nas escolas, acabam por reduzir o trabalho infantil, melhoram o estado nutricional e de saúde das crianças e são ainda capazes de diminuir a desigualdade de renda entre as famílias.

Foi com a intenção de gerar todos esses benefícios citados por Glewwe e Kassouf (2008) que em 2004 o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF) a partir da junção de outras programas que existiam na época. Esse programa é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição responsável pela geração da folha, pelo pagamento de benefícios e pelo Sistema de Gestão de Benefícios.

O BF tem uma elevada materialidade e relevância, pois no período de 2004 à 2013 repassou às famílias beneficiárias por volta de R\$ 157 bilhões (valores de 2013).

1.1 Formulação do problema

Diante dos benefícios que programas de transferência condicionada de renda trazem e a relevância deles para o desenvolvimento dos estudantes, o presente estudo traz a seguinte questão de pesquisa: **o Programa Bolsa Família alterou a matrícula de alunos na escola?**

1.2 Objetivo

O objetivo do estudo é analisar se o Programa Bolsa Família foi capaz de aumentar o número de matrículas no 1º e 2º grau, no período de 2004 a 2013.

1.3 Delimitações e parâmetros

Para tratar a questão da pesquisa, foi efetuada uma revisão normativa e documental a respeito da criação e funcionamento do PBF e uma coleta de dados do repasse ao PBF dos anos de 2004 a 2013 e matrículas de 1ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio nos anos de 2001 a 2013.

1.4 Organização do trabalho

Além desta introdução, o presente estudo é estruturado em outras 5 seções. Na seção 2, são apresentados os aspectos conceituais e legais do programa, como foi criado o PBF, seus antecedentes, sua importância para educação e como é operacionalizado. A seção seguinte refere-se à metodologia utilizada para realização da pesquisa. Na seção 4 é apresentada a análise do repasse para o PBF e o impacto nas matrículas escolares. Por fim, são apresentadas as considerações finais e referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos conceituais e legais

Conforme o sítio do MDS (2014), o Bolsa Família (BF) é o maior programa de transferência direta de renda que beneficia famílias vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. O PBF teve início à partir da unificação de outros programas, são eles:

- O Programa Nacional de Renda Mínima – Bolsa Escola (PBE), criado pela Lei Nº10.219, de 11 de abril de 2001 que constituiu o instrumento de participação financeira da União em programas municipais de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas;
- O Programa Nacional de Acesso a Alimentação (PNAA), criado pela Lei Nº 10.689, de 13 de junho de 2003 que tinha como principais objetivos ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional;
- O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela medida provisória Nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 que destinava-se à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação;
- O Programa Auxílio – Gás, este instituído pelo Decreto Nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002 que tinha como principal objetivo subsidiar o preço do gás liquefeito do petróleo as famílias de baixa renda;
- E por fim o Cadastramento Único do Governo Federal, criado pelo Decreto Nº3.877 de, 24 de julho de 2001 que instituiu o formulário anexo, como um instrumento de Cadastramento Único para ser utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de programas focalizados do governo federal de caráter permanente.

Com a entrada do novo presidente da República, na época (2003), Luiz Inácio Lula da Silva, ele resolveu unificar todos esses programas já existentes e, com isso, instituiu o PBF pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Ou seja, um ano após sua posse, foi criado o maior programa de transferência de renda com condicionalidades, vinculado ao Ministério de

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), regulamentado pelo Decreto Nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.

De todos esses programas que foram unificados, o único que está ligado a educação é o PBE, que foi decretado e sancionado pelo então presidente da época (2001), Fernando Henrique Cardoso. No art.2º e inciso II da lei Nº 10.219 do PBE diz:

Art. 2º. A partir do exercício de 2001, a União apoiará programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas, que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

II - tenham como beneficiárias as famílias residentes no Município, com renda familiar per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício e que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento; (BRASIL, 2001)

Nota-se a partir da leitura da Lei, que o PBE se diferencia do PBF, pois sua única condição era ter sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos na escola e com frequência escolar igual ou superior a 85%, e era organizado no âmbito do Ministério da Educação. Já o PBF, quando criado, a partir da unificação de cinco programas, atende a todo tipo de família e, diferente do PBE, é vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Segundo o MDS (2014), o PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco atender os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* entre R\$ 77,01 e R\$ 154 (pobres) e renda per capita inferior a R\$ 77 mensais (extremamente pobres), está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Possui três vertentes principais, sendo uma delas a respeito das condicionalidades que as famílias são submetidas, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos, principalmente nas áreas de educação.

Para a seleção dos beneficiários do PBF, deve-se, obrigatoriamente, utilizar o Cadastro Único, que é um instrumento de coleta e gestão de dados com cadastros atualizados nos últimos 24 meses. É coordenado pelo MDS, que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda (Quadro 1), que são aquelas cuja renda mensal é de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Com base nesses dados, o MDS seleciona as famílias que serão incluídas para receber o benefício. Porém, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício (MDS, 2014).

Quadro 1 – Composição dos tipos de benefícios pago para as famílias.

Tipos de Benefícios	Tipos de Famílias	Valor Pago
Benefício Básico	Extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$77)	R\$ 77
Benefício Variável	Com Crianças e adolescentes de 0 a 15 anos	R\$ 35
Benefício Variável à Gestante	Que tenham gestantes*	R\$ 35
Benefício Variável Nutriz	Crianças de 0 a 6 meses**	R\$ 35
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	Que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos	R\$ 42
Benefício para a Superação da Extrema Pobreza	Que continuem em situação de extremamente pobres***	Calculado caso a caso

Fonte: Elaboração própria com base em MDS/Bolsa Família/Benefícios.

Notas:

*Pagamento de 9 parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que tenha sido identificado até o nono mês

**Pagamento de 6 parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificado no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

***Renda mensal por pessoa R\$ 77, mesmo após o recebimento de outros benefícios, calculado para que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.

Obs.: Todos os benefícios variáveis são limitados a 5 pessoas por família, exceto o variável ao adolescente que é limitado a dois benefícios por família, mas todos os integrantes da família devem estar registrados no Cadastro Único nos dois casos.

Em relação às condicionalidades, estes são os compromissos que serão assumidos tanto pelas famílias, para que recebam e continuem recebendo o BF, quanto pelo poder público, para este poder ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais e básicos, responsabilizando-se pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social:

- Serviço público de saúde: para continuarem a receber o benefício, as famílias devem ter o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres que tem entre 14 e 44 anos também devem fazer o acompanhamento, e se gestantes ou amamentando devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê;
- Serviço público de educação: todas as crianças entre 6 e 15 anos devem estar matriculadas e com frequência escolar mensal, de no mínimo, 85% da carga horária. Já os estudantes de 16 e 17 anos devem ter frequência de no mínimo de 75%;
- Serviço público de assistência social: crianças e adolescentes com até 15 anos, em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do

Trabalho Infantil (PETI), devem ser levadas para participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal;

Todas essas condicionalidades serão acompanhadas pelo MDS, juntamente com os Ministérios da Educação e da Saúde. Nos municípios, o acompanhamento é feito por setores entre as áreas da saúde, educação e assistência social.

2.2 A educação no Brasil e a importância do PBF na educação

Em relação à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1997, p.2), é bastante clara a esse respeito:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1997).

Em relação a isto, observa-se que, apesar de tão fundamental para o pleno desenvolvimento do cidadão, a educação no país não abrange a todos em idade escolar, como também no que se refere a conclusão de todos os níveis de escolaridade.

Sabe-se que a qualidade dos estudos está ligada ao desenvolvimento do Brasil e as oportunidades de estudos vêm acompanhando esse processo. Apesar disso, o ensino no Brasil ainda necessita de uma transformação para chegar a um patamar melhor do que se encontra hoje. Para que o país possa ser mais competitivo em relação a outros países, é importante que a educação desenvolva ainda mais. A qualidade da educação faz com que seja possível obter um melhor aproveitamento das oportunidades, pois a educação é primordial para o crescimento do povo brasileiro como um todo (GONÇALVES, 2012).

De acordo com Bagolin e Júnior (2003), mesmo sendo possível observar que o déficit educacional vem diminuindo ao longo do tempo, contudo, dá para notar-se que as desigualdades observadas por gênero, como cor da pele, persistem na distribuição do acesso a níveis educacionais, o que faz comprometer a capacidade de superação da pobreza. Pois no Brasil, um ano a mais de escolaridade faz com que a pessoa obtenha valorização salarial elevada, e devido a essa desigualdade de acesso a níveis escolares, observa-se uma grande concentração de renda pessoal no país.

Pesquisas mostram que, quanto maior o tempo que a família recebe o benefício, maiores os resultados positivos na educação. Isto é constatado por meio de indicadores de repetência, de desempenho dos alunos na Prova Brasil e do Censo Escolar, além da relação da pobreza com a Educação (MDS, 2014).

Simões (2013) diz que o combate à pobreza influencia diretamente na educação das crianças, pois não é somente necessário operar as necessidades educacionais, mas também é combater a pobreza no que se refere à renda. Em uma de suas pesquisas, ele constata que as taxas de abandono e reprovação são menores devido ao maior tempo de participação das crianças em programa de transferência de renda.

Programas de transferência de renda visam, em curto prazo, diminuir o estado de pobreza das famílias em estado vulnerável; porém, as condicionalidades ligadas a escolarização das crianças foram pensadas como uma forma, em longo prazo, de romper o ciclo entre gerações de pobreza (FAHEL *et al.*, 2012).

2.3 Estudos sobre o Bolsa Família

Começa-se comentando a respeito dos trabalhos que trataram das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PFB). O trabalho de Pires (2013) tinha o objetivo de refletir sobre estratégias de enfrentamento da pobreza a partir da exigência de frequência escolar mínima, que é exigida no PFB. Para isso, apresentou algumas considerações em relação a efetividades das condicionalidades em educação no programa. Na sequência, apresentou resultados da pesquisa realizada entre 2008 e 2010, entrevistando vinte e duas pessoas participantes do PBF, cuja finalidade foi entender a visão dos próprios beneficiários em relação a esta política de transferência de renda. A reflexão foi feita em três partes: na primeira, problematizam a efetividade das condicionalidades em educação do PFB; na segunda, apresenta algumas considerações, tendo em vista a pesquisa que vinha desenvolvendo junto aos vinte e dois beneficiários do PFB residentes em Campinas (SP) desde 2008; e, na terceira e última parte, as reflexões apresentadas ao longo do trabalho que foram sintetizadas na conclusão. Concluindo primeiro que, o ingresso na escola (condicionalidade – educação) e a permanência nela não oferecem, por si só, possibilidades de maior mobilidade social se não for levada em conta a qualidade do ensino oferecido. Concluiu também que os valores pagos às famílias cobertas pelo PBF não estão sendo suficientes para coibir o trabalho infantil, de acordo com os dados da PNAD de 2006. E por último, concluíram que ganhos de escolaridade entre os

que recebem transferência de renda do Estado não estão associados necessariamente à exigência de frequentar a escola.

Silva (2007) traz em seu trabalho um esforço de questionar o significado e o alcance desses programas de transferência de renda no âmbito das políticas sociais brasileiras, considerando suas potencialidades e limites na condição de política de inclusão social. Apresenta então o PBF, como expressão atual do desenvolvimento desses programas. Como esforço questionador foca em três questões consideradas centrais: o processo de unificação dos Programas de Transferência de Renda mediante a criação do BF; a focalização enquanto princípio orientador desses programas e, como Pires (2013), seu sistema de condicionalidades. Concluindo que não pretende apresentar dados que apontem para uma perspectiva de conclusão no sentido de algo comprovado e inquestionável. Contudo, afirma que, para que o quadro de pobreza possa ser progressivamente superado, é necessário que esses programas possam não só distribuir, mas sejam capazes de redistribuir renda entre a população brasileira, de modo a alterar o nível de concentração da riqueza socialmente produzida. Também conclui que a um descompasso entre a manutenção de transferência monetária e o oferecimento de serviços sociais básicos, suficientes e de qualidade, para atender às necessidades das famílias e criar condições favoráveis a sua otimização. Apesar do descompasso, entende que os Programas de Transferência de Renda possam gerar uma nova institucionalidade, capaz de maximizar resultados e impactos na Política Social brasileira por ter como foco a família.

Santos e Nascimento (2008) tinham o intuito de pesquisar avanços e recuos do PBF, para isso fizeram uma pesquisa em junho de 2006, no bairro Costa e Silva de João Pessoa/PB, com vinte mães beneficiárias do programa, empregando abordagens qualitativa e quantitativa. Usando métodos de entrevistas semiestruturadas e de observação sistemática, fizeram uma análise descritiva das falas das mães que recebem o benefício, cujos resultados empíricos mostram que 65% das mães consideram o benefício do PFB como um favor do Estado. Concluíram então que a assistência social no Brasil ainda é vista como caridade, implicando em direitos sociais minimizados e insuficientes, não garantindo o seu caráter de universalidade, e que o PBF se afasta cada vez mais de um princípio generalizante e de garantia de uma renda mínima sem mecanismos seletivos e burocráticos de acessibilidade. Os objetivos propostos pelo programa estão sendo realizados insatisfatoriamente. Pelos dados coletados observou-se um atendimento superficial nas unidades de Saúde, ou seja, não há uma interação entre profissionais e famílias beneficiárias.

Queiroz *et al.* (2010) analisam a evolução no número de beneficiários e no valor de repasse do PFB. Usaram como recorte temporal os anos de 2004 a 2009, e recorte espacial o Nordeste brasileiro. Retirou-se dados da Matriz de Informação Social do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O estudo concluiu que o PBF criado em 2003, tornou-se o principal programa de transferência de renda do Governo Federal, sendo possível observar aumento significativo no montante gasto com o PBF e o número de famílias cadastradas. Nesses cinco anos houve uma expansão de aproximadamente 5,9 milhões de novas famílias assistidas em todo o país. O Nordeste foi o mais beneficiado com o PBF, ao deter 52,73% dos recursos gastos com esse programa e alcançar 6,2 milhões de famílias (50,04%) em situação de pobreza ou extrema pobreza em 2009.

Fahel *et al.* (2012) discutiram os impactos do PBF sobre a matrícula escolar dos beneficiários entre 6 e 17 anos no Estado de Minas Gerais no ano de 2009, desagregados por idade, sexo, raça/etnia e situação censitária. Para tanto utilizaram um método chamado “*Propensity Score Matching*” que consiste na seleção e comparação de um grupo de controle e um grupo de tratamento que se diferenciam em relação às variáveis observáveis apenas no fato de receberem ou não o benefício. A pesquisa obteve resultados de que o PBF de fato aumenta a matrícula escolar dos beneficiários, principalmente adolescentes entre 15 e 17 anos, dos negros, dos moradores da área rural e das crianças e jovens do sexo masculino – grupos esses tradicionalmente com maiores taxas de reprovação e abandono.

Cacciamali, Tatei e Batista (2010) também falam em seu trabalho a respeito dos impactos do PBF sobre o trabalho infantil e a frequência escolar das crianças de famílias pobres no Brasil em 2004, segundo a situação censitária e regional. Utilizaram dados da PNAD (2004), considerando apenas os domicílios classificados como particulares. Analisaram os dados, segundo os estratos de renda domiciliar por pessoa, excluindo a renda proveniente de programas sociais, depois reduziram a amostra para conter apenas famílias com crianças de 5 e 15 anos para analisar a incidência ou não de trabalho infantil; porém a estimativa englobou crianças entre 7 e 15 anos, devido a obrigatoriedade de frequência escolar ocorrer apenas no ensino fundamental. A subdivisão contemplou as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste e as áreas censitárias de domicílio – urbano e rural. Para os cálculos estatísticos, utilizaram o modelo *probit* bivariado, que estima conjuntamente as opções de trabalhar ou estudar dos jovens. Os resultados mostram a eficiência do PBF em elevar a frequência escolar das crianças; porém, o programa apresenta efeitos perversos sobre a incidência de trabalho infantil, elevando a probabilidade de sua ocorrência.

Ribeiro e Cacciamali (2012) investigaram os impactos do BF sobre a frequência escolar e a defasagem idade – série. Utilizaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2006) e a estratégia empírica se baseia no pareamento pelo *score* de propensão. Os resultados encontrados nos testes de diferenças entre as proporções médias de crianças que se ausentaram das aulas, nos grupos de tratamento e de controle, não foram significativos tanto no meio urbano quanto no meio rural. Também não foram significativos em qualquer dos recortes espaciais, os testes de diferenças entre as razões médias de crianças e adolescentes com atraso escolar, no grupo de tratamento e no grupo controle, no caso do indicador defasagem idade-série. Concluindo então que o PBF se mostrou inócuo para os indicadores educacionais eleitos.

Melo e Duarte (2010), também investigaram os impactos do PBF sobre a frequência escolar, porém de crianças de 5 a 14 anos na agricultura familiar dos estados do Nordeste (Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba). Utilizaram dados primários (pesquisa de campo) e dados secundários (PNAD, 2005) para obter estimativas pelo score de propensão também. Os resultados mostram que, de forma geral, o programa eleva a frequência escolar das referidas crianças no intervalo de 5,4 a 5,9 pontos percentuais. Porém observou-se que há importantes diferenças quando se considera meninas e meninos separadamente, sendo o programa eficaz no primeiro e ineficaz no segundo. Então, apesar da avaliação positiva para as meninas, não parece haver efeito do programa sobre a frequência dos meninos, o que pode estar associado a diferenças de gênero nos custos de oportunidades do investimento em capital humano no meio rural.

Castro *et al.* (2009), estes já tratam da percepção sobre o PBF na sociedade brasileira no ano de 2008. A pesquisa foi realizada sob demanda da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e executada pelo DATAUnB – Pesquisas Sociais Aplicadas. Utilizou metodologias qualitativas e quantitativas. A etapa quantitativa envolveu coleta de dados em uma amostra da população brasileira, urbana e rural, com inferência de nível regional. A amostra totalizou 6001 entrevistas domiciliares em 214 municípios de 25 unidades da federação brasileiras. O esquema amostral foi por conglomerados em dois estágios em cada uma das cinco regiões, cujas amostras foram de 1200 unidades. Um dos principais objetivos foi avaliar o quanto os programas eram conhecidos pelo nome ou por suas funções e em que medida a população considerava que os respectivos objetivos estavam sendo atingidos. Houve duas principais conclusões. A primeira mostra a legitimidade política que o PBF adquiriu junto à sociedade brasileira, dado o nível de conhecimento da política e mesmo de apoio à sua existência. A segunda indica a importância da opinião da sociedade ser

considerada como importante elemento de avaliação de políticas públicas. Ou seja, uma análise adequada do que pensa a população sobre determinada política, poderá contribuir para verificar sua real efetividade.

Glewwe e Kassouf (2008) estudaram o impacto do PBF no rendimento escolar de crianças no Brasil. Utilizaram dados do censo escolar de 8 anos (de 1998 a 2005), antes mesmo da implementação do Bolsa Família. Eles compararam mudanças na taxa de matrícula, aprovação e abandono de alunos nas escolas públicas com estudantes recebendo o programa com relação às escolas sem alunos recebendo o programa. E concluíram que o impacto desse programa de transferência condicionada de renda é difícil de estimar, pois o mesmo não foi implementado seguindo um experimento aleatório. Com os dados do censo, descobriram que as estimativas por escola indicam que, após a contabilização dos efeitos de defasagem, o programa aumentou as matrículas em 5,5% em escolas de 1ª a 4ª série e em 6,5% de 5ª a 8ª, diminuiu as taxas de abandono escolar em 0,5% em 1ª a 4ª série e em 0,4% de 5ª a 8ª, e aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9% de 1ª a 4ª e 0,3% de 5ª a 8ª. Para pesquisas futuras eles propõem, que apesar dos resultados educacionais positivos encontrados, saber se os benefícios do Bolsa Família superam os seus custos.

Souza *et al.* (2013) tinham o objetivo de investigar a focalização do PBF e seus determinantes imediatos, e também uma análise quantitativa sobre famílias beneficiárias com requisitos para receber o benefício e as que não tinham o requisito, mas recebiam. Para este estudo analisaram dados do Censo IBGE 2010 para implementação de um indicador de focalização baseado em medidas de alcance e de precisão do Programa. E concluíram que há uma maior inclusão de famílias não elegíveis do que famílias excluídas indevidamente. Sugeriram então que, para o ano de 2010, uma realocação dos benefícios concedidos a famílias que se enquadram como não elegíveis para famílias elegíveis, porém excluídas do Programa, teria sido suficiente para a universalização (ampliação para atingir a todos) do PBF.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar se o PBF foi capaz de aumentar o número de matrículas no ensino do 1º e 2º grau, no período de 2004 a 2013, foram coletados dados orçamentários do PBF e de matrículas escolares. Os dados são acompanhados por meio de estatística descritiva e analisados os percentuais de transferências de renda e de matrículas.

Para realizar essa pesquisa, coletou-se dados do PBF de 2004 a 2013, dados de matrículas de 1ª série do ensino fundamental até o 3º do ensino médio nos anos de 2001 a 2013 e número de habitantes de 5 a 19 anos de 2001 a 2013. Os dados utilizados foram as Transferências de Renda com Condicionais do Governo Federal em âmbito nacional, dados estes coletados do Portal da Transparência, base de dados disponível na *internet* que contém informações sobre o repasse pelo Governo Federal ao PBF por Estado, por município e por beneficiário, o que faz ser confiável e também pelo seu fácil acesso (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014). Além disso, os dados de recursos transferidos às famílias foram coletados, analisados e tabelados em valores reais, por meio da atualização monetária com o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE/SNIPC, 2014).

Para a coleta de dados das matrículas foram utilizados dados do censo escolar, base de dados disponível na *internet* que contém o número de matrículas por cada município, o que facilitou descobrir o total para cada Estado (PORTAL INEP, 2014). Para descobrir a taxa de matrícula foi necessário usar dados da quantidade de habitantes com idade entre 5 e 19 anos, durante o período de 2001 a 2013, dados esses disponíveis também na *internet* (IBGE, 2014). A taxa foi calculada por meio da divisão das matrículas escolares pelo número de habitantes no mesmo ano.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise de estatística descritiva

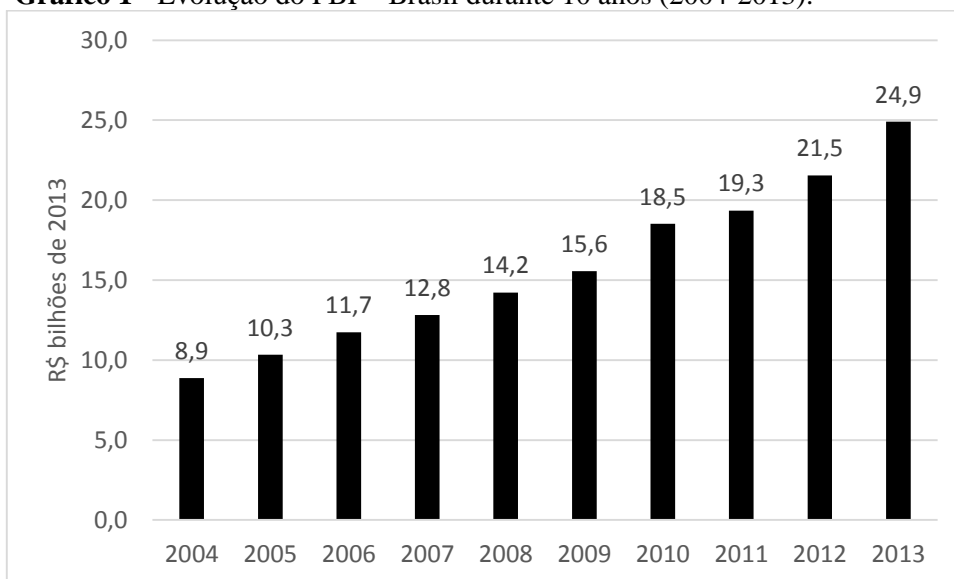
Apesar da educação ser importante para o desenvolvimento da País e para a qualidade de vida, observa-se que ocorre muita evasão escolar. Entende-se por evasão escolar o abandono/saída do aluno da escola (Tabela 1). Essa situação pode estar atrelada a alguns motivos, como: trabalhar para ajudar na renda familiar, o ensino que não satisfaz as expectativas, a dificuldade de chegar até as escolas, dentre outras motivos que fazem com que o estudante perca o interesse escolar.

Tabela 1 - Taxa de abandono do Ensino fundamental e do Ensino médio de 2007 até 2011.

Brasil	Categoria	2007	2008	2009	2010
Ensino Fundamental	Abandono	4,8	4,4	3,7	3,1
Ensino Médio	Abandono	13,2	12,8	11,5	10,3

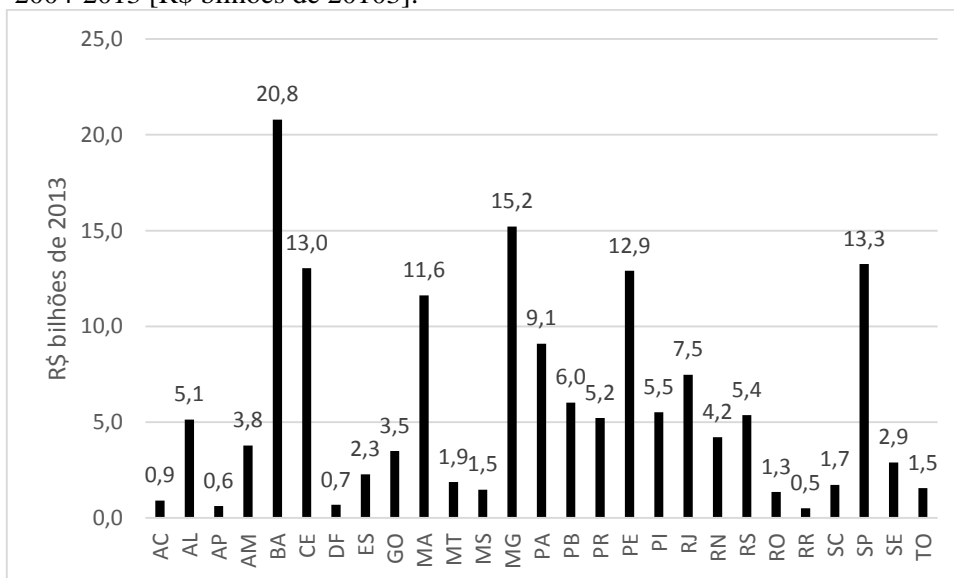
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2014).

O Bolsa Família é a distribuição de renda com condicionalidades diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. Durante os 10 anos de existência do programa (2004-2013), foram distribuídos mais de R\$ 157,9 bilhões (a valores de 2013) para todas as Unidades da Federação, e por meio do Gráfico 1, é possível observar a distribuição de renda, por ano, no Brasil como um todo. A cada ano o repasse para o PBF foi aumentando. Em 2004 a distribuição foi de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões dos R\$ 157,9 bilhões, ou seja, 6% do total dos dez anos, já em 2009 a distribuição foi próxima de R\$ 15,6 bilhões, o que corresponde a 10% do total repassado ao longo dos dez anos e um aumento de aproximadamente 75,3% em cinco anos (2004-2009). Em 2013, o governo federal, chegou a distribuir pouco mais que R\$ 24,9 bilhões, ou seja, 16% dos R\$ 157,9 bilhões distribuídos ao longo dos dez anos e um aumento de 60% em 4 anos (2009-2013).

Gráfico 1 - Evolução do PBF - Brasil durante 10 anos (2004-2013).

Fonte: Elaboração própria com base no Portal da Transparência (2014).

Analisando-se a distribuição por Unidade Federativa, observa-se por meio do Gráfico 2, que os três estados que mais receberam desses bilhões durante os 10 anos foram: a Bahia, aproximadamente R\$ 20,8 bilhões, o que representa 13% do total repassado, seguido de Minas Gerais, com R\$ 15,3 bilhões, representando 10% do total, e por último São Paulo, com R\$ 13,3 bilhões, representando um pouco mais que 8% do total. Já o Estado que menos recebeu dessa renda foi Roraima com R\$ 0,5 bilhão, não chegando a representar nem 1% do total distribuído.

Gráfico 2 – Total repassado pelo PBF por Unidade da Federação no período 2004-2013 [R\$ bilhões de 2013].

Fonte: Elaboração própria com base no Portal da Transparência (2014).

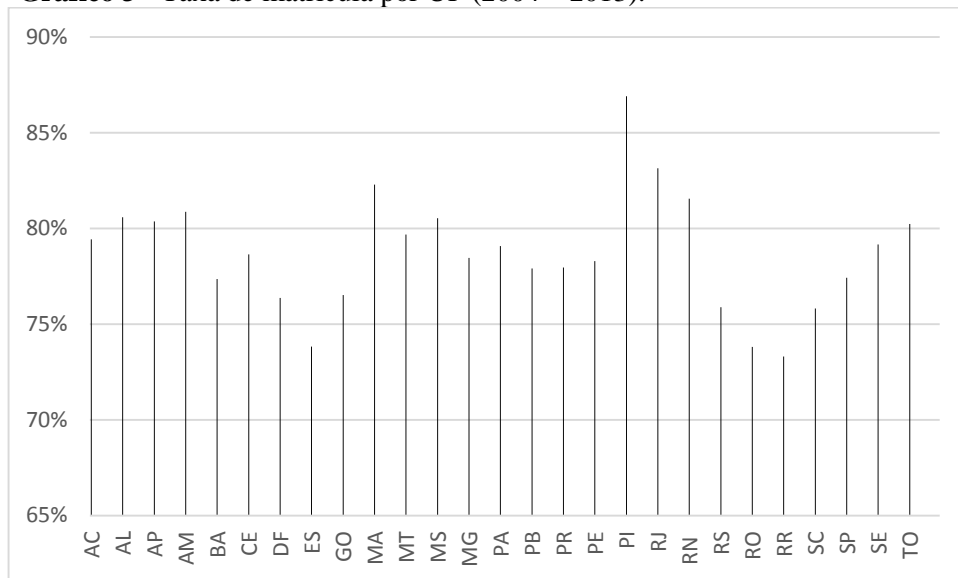
Na análise das matrículas escolares, que começa a partir de 2001, ou seja, antes da implementação do PBF, quando o programa em vigor era o BE e a única condição para o recebimento do benefício era alunos entre 6 e 15 anos estarem matriculados na escola e com frequência igual ou superior a 85%, é possível observar na Tabela 2 que o número de matrículas era próxima a 43,7 milhões e o número de habitantes (5 a 19 anos) era de 52,56 milhões, obtendo uma taxa de matrícula escolar de aproximadamente 83,1% e teve um aumento de 4,5 pontos percentuais em 2002, passando para 87,6%, devido ao aumento na quantidade de matrículas que foi para 43,86 milhões e uma queda na quantidade de habitantes, que foi para 50,08 milhões já em 2003 chegou a 87,8%, porém quando o PBF entra em vigor em 2004 e sabe-se que se diferencia do PBE, pois além da condição de ter alunos matriculados na escola existem outras condições que fazem possível o pagamento do benefício as famílias, é possível observar que a taxa de matrícula cai para 82,8%, uma queda de 5 pontos percentuais em relação a 2003, isso porque, o número de novas matrículas caiu para 43,18 milhões e o número de habitantes subiu para 52,13 milhões. No ano de 2009 a taxa de matrícula chegava 78,6%, ao passo que as matrículas diminuíram para 39,72 milhões e o número de habitantes estava em 50,18 milhões, e em 2013 caiu ainda mais, as novas matrículas estavam em aproximadamente 36,83 milhões e o número de habitantes em 49,14 milhões, aproximando-se a uma taxa de 74,9%, ou seja, de 2003 para 2013 houve uma queda de aproximadamente 13 pontos percentuais na taxa de novas matrículas escolares.

Tabela 2 - Taxa de matrícula no Brasil por ano (2001 – 2013).

UF	ANO	Matriculas de 1ª serie ao 3º ano em Milhões (A)	Nº de Hab. De 5 a 19 anos em Milhões (B)	Taxa de matricula (A/B)
BRASIL	2001	43,70	52,56	83,1%
	2002	43,86	50,08	87,6%
	2003	43,85	49,93	87,8%
	2004	43,18	52,13	82,8%
	2005	42,57	51,99	81,9%
	2006	42,20	51,87	81,4%
	2007	40,24	51,24	78,5%
	2008	40,14	50,86	78,9%
	2009	39,72	50,55	78,6%
	2010	38,96	50,18	77,6%
	2011	38,29	49,81	76,9%
	2012	37,56	49,46	75,9%
	2013	36,83	49,14	74,9%

Fonte: Elaboração própria com base no INEP (2014) e IBGE (2014).

A respeito da taxa de matrícula por Unidade da Federação, observa-se no Gráfico 3 que os três Estados, que tiveram as maiores taxas médias de matrículas no período de 2004 a 2013 foram: o Piauí, com uma taxa próxima a 87%, logo em seguida vem o Rio de Janeiro, com uma taxa de aproximadamente 83% e por fim Maranhão, com uma taxa média de 82% novas matrículas no período. Já os dois Estados que tiveram as menores taxas médias foram: o Espírito Santo com uma taxa em torno de 74% e Roraima com uma taxa perto de 73%.

Gráfico 3 - Taxa de matrícula por UF (2004 – 2013).

Fonte: Elaboração própria com base no INEP (2014) e IBGE (2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusões

O presente estudo teve como objetivo analisar se o Programa Bolsa Família (PBF), que atende famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, foi capaz de aumentar o número de matrículas no ensino do 1º e 2º grau, à partir do ano que entrou em vigor, 2004 até o ano de 2013. A pesquisa foi desenvolvida à partir de revisão normativa e documental a respeito da criação e funcionamento do PBF, da coleta de dados do repasse ao PBF de 2004 a 2013 e também das matrículas de 1ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio nos anos de 2001 a 2013.

Quanto ao total repassado para o Programa ao longo desses 10 anos (2004 a 2013), foi observado que houve um aumento considerável de repasse, pois em 2004 foi repassado para os beneficiários o total de R\$ 8,9 bilhões e em 2013 atingiu um repasse de R\$ 24,9 bilhões, ou seja, houve um aumento real nesses 10 anos de aproximadamente 280%.

Antes da implementação do PBF, quando tinha-se o PBE em 2001, e a sua única condicionalidade era 85% de frequência escolar, a quantidade de matrículas em 2001 era de 43,70 milhões de novas matrículas e um total de 52,56 milhões de habitantes, obtendo uma taxa próxima a 83,1%. Em 2004, as taxas de matrículas estavam caindo, isso devido ao fato das novas matrículas e do número de habitantes estarem diminuindo ao longo dos anos, porém não diminuía proporcionalmente, observou-se que as novas matrículas caíam mais do que o número de habitantes. Tiveram 43,18 milhões de matrículas e tinham 52,13 milhões de habitantes (5 a 19 anos), obtendo uma taxa de 82,8% matrículas em 2004, já em 2009 eram 39,72 milhões de novas matrículas e 50,55 milhões de habitantes, o que fez com que a taxa ficasse em 78,6% de matrículas, uma queda de 4,2 pontos percentuais.

Pode-se concluir então que, quando a principal condicionalidade para se receber o benefício era estar matriculado, o programa (BE) foi capaz de aumentar o número de matrículas no período de 2001 a 2003, porém devido o PBF alcançar outros tipos de famílias, devido a junção de outros programas para a sua criação, e não necessariamente atender somente as famílias que tenham filhos na escola, ao longo dos 10 anos de existência do programa foi possível observar que as matrículas foram caindo.

5.2 Sugestões

Durante a realização do estudo, algumas limitações foram percebidas. Inicialmente na dificuldade de encontrar dados de matrículas e número de habitantes entre 5 e 19 anos antes de 2001 e outra limitação foi conseguir dados de famílias e/ou crianças atendidas pelo BF a cada ano.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se analisar o impacto do PBF nas matrículas escolares para cada município dos Estados brasileiros. Outra possibilidade é verificar o desenvolvimento cultural e educacional das crianças que recebem o benefício.

REFERÊNCIAS

BAGOLIN, Izete Pengo e JÚNIOR, Sabino da Silva Porto. **A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: Índice de Gini e anos de escolaridade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2003_09.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para discussão no. 525. IPEA, Rio de Janeiro (1997). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0525.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001**. Institui o cadastramento único para programas sociais do governo federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. **Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002**. Regulamenta a medida provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao “auxílio-gás”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4102.htm>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o programa bolsa família, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001**. Cria o programa nacional de renda mínima vinculada à educação – “bolsa escola”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10219.htm>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. **Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003**. Cria o programa nacional de acesso à alimentação - PNNA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.689.htm>. Acesso em 4 abr. 2014.

_____. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o programa bolsa família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 3 out. 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 3 out. 2014.

_____. **Medida provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001.** Cria o programa nacional de renda mínima vinculada à saúde: “bolsa alimentação” e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2206-1.htm>. Acesso em: 4 abr. 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio e BATISTA, Natália Ferreira. **Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.** Ver. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio/ago. 2010.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de e STEPHANOU, Michelle Conceição. **Percepções sobre o programa bolsa família na sociedade brasileira.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 15, n. 2, p. 333-355, novembro 2009.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.** Transferência de recursos. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

FAHEL, Murilo; CANAAN, Mariana; CABRAL, Bruno e BAHIA, Matheus. **O impacto do bolsa família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais.** SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 98-126, jan./jun. 2012.

GLEWWE, Paul e KASSOUF, Ana Lúcia. **O impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação.** In: Anais do Encontro Nacional de Economia, 36. Salvador, 2008.

GONÇALVES, Yuri. A importância da educação para o desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-importancia-da-educacao-para-o-desenvolvimento/66766/>>. Acesso em: 3 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema nacional de índices de preços ao consumidor – 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Séries e histórias estatísticas. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=9>. Acesso em: 1 out. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sistema de consulta a matrícula do censo escolar - 1997/2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

MELO, Raul da Mota Silveira e DUARTE, Gisléia Benini. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil.** *Rev. Econ. Sociol. Rural*[online]. 2010, vol.48, n.3, pp. 635-657. ISSN 0103-2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Beneficiários do bolsa família têm maior aprovação e menor abandono. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/setembro/beneficiarios-do-bolsa-familia-tem-maior-aprovacao-e-menor-abandono>>. Acesso em: 3 de out. 2014.

_____. Bolsa família - Condicionalidades. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Bolsa família - Benefícios. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Bolsa família – Cadastro único. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso em: 20 de out. 2013.

_____. Bolsa família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 20 de out. 2013.

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.21, n.80, p.513-532, jul./set. 2013.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar; PEREIRA, Júlia Modesto Pinheiro Dias e FILHO, Luiz Abel da Silva. **Evolução do programa bolsa família: Brasil e estados do Nordeste 2004-2009.** SER Social, Brasília, v.12, n. 27, p. 33-62, jul./dez. 2010.

RIBEIRO, Rosana e CACCIAMALI, Maria Cristina. **Impactos do programa bolsa-família sobre os indicadores educacionais.** Rev. EconomiA, Brasília(DF), v. 13, n. 2, p. 415-446, mai./ago. 2012.

RIBEIRO, Thaís. Resultados educacionais reforçam a importância do bolsa família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/setembro/resultados-educacionais-reforcam-importancia-do-bolsa-familia>. Acesso em: 3 out. 2014.

SANTOS, Hozana Patrícia Oliveira dos e NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do. **Considerações sobre o programa bolsa família: avanços ou recuos na “proteção social”?** Teor. Pol. E Soc. V.1, n.1, p. 43-50, dez. 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.6, pp. 1429-1439. ISSN 1413-8123.

SOUZA, André Portela; DUARTE, Janete; NEVEZ, José de Anchieta Semedo; OLIVEIRA, Plínio Portela de e GADELHA, Sergio Ricardo de Brito. **Uma investigação sobre a focalização do Programa Bolsa Família e seus Determinantes Imediatos.** Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP - Working Paper, nov, 2013. Disponível em: <www.fgvsp.br/economia>. Acesso em: 28 ago. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 3 – Total repassado para o PBF (2004 – 2013) por Unidade da Federação.

UF	Repasse para PBF por UF em R\$ bilhões	% de repasse por UF
ACRE	0,9*	1%
ALAGOAS	5,1*	3%
AMAPÁ	0,6*	0%
AMAZONAS	3,8*	2%
BAHIA	20,8*	13%
CEARÁ	13,0*	8%
DISTRITO FEDERAL	0,7*	0%
ESPIRITO SANTO	2,3*	1%
GOIÁS	3,5*	2%
MARANHÃO	11,6*	7%
MATO GROSSO	1,9*	1%
MATO GROSSO DO SUL	1,5*	1%
MINAS GERAIS	15,2*	10%
PARÁ	9,1*	6%
PARAÍBA	6,0*	4%
PARANÁ	5,2*	3%
PERNAMBUCO	12,9*	8%
PIAUI	5,5*	3%
RIO DE JANEIRO	7,5*	5%
RIO GRANDE DO NORTE	4,2*	3%
RIO GRANDE DO SUL	5,4*	3%
RONDÔNIA	1,3*	1%
RORAIMA	0,5*	0%
SANTA CATARINA	1,7*	1%
SÃO PAULO	13,3*	8%
SERGIPE	2,9*	2%
TOCANTINS	1,5*	1%

BRASIL

157,9*

100%

Fonte: Elaboração própria com base no Portal da Transparência 2014.

Notas:

*Atualizado a valores de 2013.

APÊNDICE B**Tabela 4** – Total gasto com o PBF por Unidade Federativa no período de 2004 – 2013 a valores de 2013.

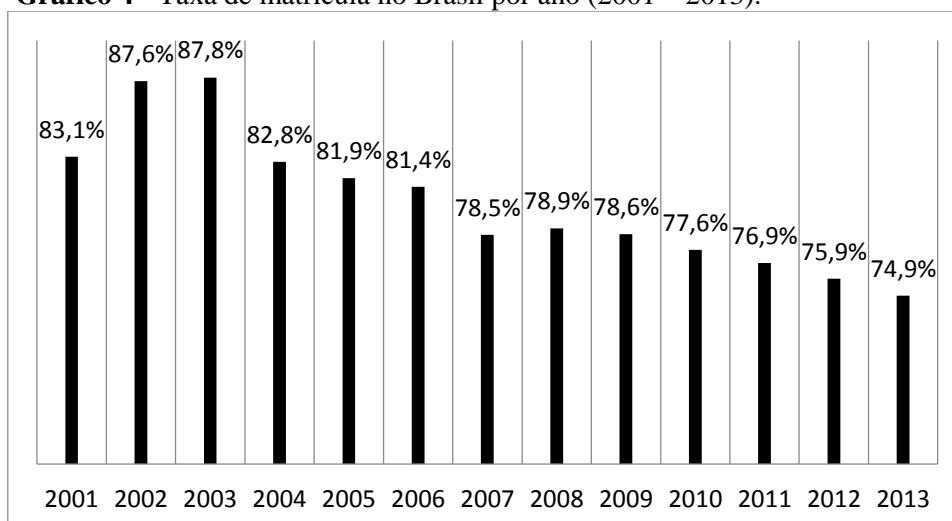
UF	Repasse para PBF por UF em R\$ bilhões (A)	% de repasse por UF (A/B)
BRASIL	8,9*	6%
	10,3*	7%
	11,7*	7%
	12,8*	8%
	14,2*	9%
	15,6*	10%
	18,5*	12%
	19,3*	12%
	21,5*	14%
	24,9*	16%

TOTAL 157,9* 100%

Fonte: Elaboração própria com base no Portal da Transparência 2014.

Notas:

*Atualizado a valores de 2013.

APÊNDICE C**Gráfico 4** - Taxa de matrícula no Brasil por ano (2001 – 2013).

Fonte: Elaboração própria com base no INEP e IBGE 2014.